

Consórcio CEMIG-CEB

**Demonstrações Contábeis em 31/12/2022 e
Relatório dos Auditores Independentes**

Abril de 2023

CONTEÚDO

- **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... 3**
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022..... 6**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Consórcio CEMIG-CEB

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do Consórcio CEMIG-CEB ("Consórcio"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Consórcio CEMIG-CEB em 31 de dezembro de 2022 e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota explicativa nº 2.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação ao Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa Opinião, chamamos atenção para o assunto descrito na Nota explicativa nº 12 que trata da discussão entre o Consórcio e o IBAMA em relação a exigência do cercamento e reflorestamento adicional da Área de Preservação Permanente – APP da Usina UHE Queimado, que se desenvolveu de forma relevante em 2022. Presentemente, o Consórcio discute o assunto no âmbito administrativo junto a este órgão fiscalizador e existem divergências nas interpretações sobre as obrigações relacionadas à Área de Preservação Permanente. Ao mesmo tempo, a Administração do Consórcio contratou empresa especializada buscando a regularização fundiária da área já desapropriada. Nas Demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2022, havia uma expectativa de investimento requerido em R\$ 53 milhões para atendimento das

exigências do IBAMA à época, enquanto, se implementado como esperava a Administração, ele seria de aproximadamente R\$ 8 milhões. Todavia, com a publicação da OJN 55/2022 e a mudança do entendimento sobre a responsabilidade do cercamento e reflorestamento, o desfecho deste assunto passou a ser incerto, não sendo possível estimar o valor de eventual perda no cenário atual, caso venha ocorrer.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis do Consórcio CEMIG-CEB do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós e sobre as quais emitimos Opinião sem ressalva em 28 de março de 2022.

Responsabilidades da Administração do Consórcio pelas Demonstrações Contábeis

A Administração do Consórcio é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Consórcio continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, nas decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos os

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos do Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Consórcio.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração do Consórcio, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Consórcio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2023

Teixeira & Associados

TEIXEIRA & ASSOCIADOS

Audidores Independentes

CRC MG 5.194 CNAI PJ 020



A member of
Nexia
International

Teixeira

Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo

Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



Consórcio
CEMIG-CEB



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

CONTEÚDO

Balanço Patrimonial	2
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	4
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.....	5 - 19



Consórcio CEMIG-CEB



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(EM REAIS)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVO				PASSIVO			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	2.513.163	1.069.347	Fornecedores	7	1.782.999	929.205
Créditos com Consorciadas	4	-	17.161	Adiantamentos de Consorciadas	4	459.688	-
Outros ativos circulantes		-	1.413	Impostos		40.729	53.930
		<u>2.513.163</u>	<u>1.087.921</u>	Contribuições Sociais		122.551	43.772
				Outras provisões		123.839	19.782
						<u>2.529.806</u>	<u>1.046.689</u>
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		64.682	64.682	Concessão - ANEEL - AHE Queimado	6 a)	3.027.531	3.326.583
Cauções e depósitos		59.039	-	Provisões contingenciais			
		<u>123.721</u>	<u>64.682</u>	Auto de Infração a pagar	9	-	2.439.637
				Indenizações a pagar	10	125.344	130.135
Imobilizado	5					<u>125.344</u>	<u>2.569.772</u>
Usina		92.920.334	95.182.513				
Transmissão		2.647.158	2.797.435				
		<u>95.567.492</u>	<u>97.979.948</u>				
				Total Passivo Não Circulante		<u>3.152.875</u>	<u>5.896.355</u>
Intangível	6						
Usina		27.246	13.793				
Uso do Bem Público		3.002.610	3.301.662	Patrimônio líquido			
		<u>3.029.856</u>	<u>3.315.455</u>	Recursos aplicados no empreendimento	8	95.551.551	95.504.962
						<u>95.551.551</u>	<u>95.504.962</u>
Total do Ativo Não Circulante		<u>98.721.069</u>	<u>101.360.085</u>				
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>101.234.232</u>	<u>102.448.006</u>
Total do Ativo		<u>101.234.232</u>	<u>102.448.006</u>				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.



Consórcio CEMIG-CEB



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)

		<u>CEMIG</u>	<u>CEBPar</u>	<u>TOTAL</u>
SALDO LÍQUIDO EM 31/12/2020	Nota	77.319.602	16.401.125	93.720.727
Operações que aumentaram o patrimônio:				
Aporte de recursos para aquisição de imobilizado	5	79.778	16.922	96.700
Aporte para indenização mediante acordo judicial de terrenos	5a)	5.170.386	1.096.749	6.267.135
Baixa do uso do bem público - UBP	6 a)	246.718	52.334	299.052
Resultado financeiro		13.576	2.880	16.456
Descontos obtidos		2.428	515	2.943
Subtotal		5.512.886	1.169.400	6.682.286
Operações que reduziram o patrimônio:				
Depreciação do período	5	(3.427.612)	(727.069)	(4.154.681)
Amortização do período	6	(298.974)	(63.419)	(362.393)
Descontos concedidos		(10.154)	(2.154)	(12.308)
Aporte de caixa		(3.188)	(676)	(3.864)
Provisão Judicial		(84.737)	(17.974)	(102.711)
Outros		(216.228)	(45.866)	(262.094)
Subtotal		(4.040.893)	(857.158)	(4.898.051)
SALDO LÍQUIDO EM 31/12/2021		78.791.595	16.713.367	95.504.962
Operações que aumentaram o patrimônio:				
Aporte de recursos para aquisição de imobilizado	5	1.429.082	303.139	1.732.221
Aporte de recursos para aquisição de intangível	6	23.805	5.050	28.855
Baixa do uso do bem público - UBP	6 a)	246.718	52.334	299.052
Resultado financeiro		45.462	9.643	55.105
Descontos obtidos		4.138	878	5.016
Estorno da provisão Judicial	9	2.012.701	426.937	2.439.638
Subtotal		3.761.906	797.981	4.559.887
Operações que reduziram o patrimônio:				
Depreciação do período	5	(3.415.407)	(724.480)	(4.139.887)
Amortização do período	6	(259.424)	(55.030)	(314.454)
Descontos concedidos		(42.447)	(9.035)	(51.482)
Aporte de caixa		(3.262)	(692)	(3.954)
Outros		(1.125)	(2.396)	(3.521)
Subtotal		(3.721.665)	(791.633)	(4.513.298)
SALDO LÍQUIDO EM 31/12/2022		78.831.836	16.719.715	95.551.551

As notas explicativas são partes integrante das informações contábeis.



Consórcio CEMIG-CEB



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM REAIS)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Atividades operacionais		
Entradas:		
Consoiciadas	13.264.885	15.295.936
Resultado financeiro	79.100	20.449
Outros	17.670	21.558
	<u>13.361.655</u>	<u>15.337.943</u>
Saídas:		
Fornecedores de Materiais e Serviços	(9.514.915)	(7.156.406)
Pagamento de Impostos	(811.243)	(592.491)
Tarifas Bancárias	(263)	(313)
Outros (Caixa Unai)	(251.817)	(160.269)
	<u>(10.578.238)</u>	<u>(7.909.479)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>2.783.417</u>	<u>7.428.464</u>
Atividades de investimentos		
Saídas:		
Aquisição de Imobilizado	(1.320.656)	(7.242.685)
Aquisição de Intangível	(18.945)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(1.339.601)</u>	<u>(7.242.685)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.443.816</u>	<u>185.779</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.069.347	883.568
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.513.163	1.069.347
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.443.816</u>	<u>185.779</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.



Consórcio CEMIG-CEB



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

1. Contexto operacional

1.1. Consórcio CEMIG-CEB – “Consórcio”

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a Companhia Energética de Brasília – CEB constituíram em 16 de janeiro 1998 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável, perante a ANEEL, pelo cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.

A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG-CEB, composto atualmente por CEMIG GT e CEB Participações – CEBPar.

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as Consorciadas através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação e Manutenção, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 daquela Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia e as despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas Consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de participação de cada consorciada. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das Consorciadas.

1.2. Usina Hidrelétrica de Queimado – “UHE QUEIMADO”

O Consórcio CEMIG-CEB (“Consórcio”) foi formado para explorar o potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, no Estado de Goiás, denominada Usina Hidroelétrica de Queimado – UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da CEMIG.



Consórcio CEMIG-CEB



A energia elétrica gerada pelo UHE Queimado é para uso exclusivo das Consorciadas na condição de produtores independentes, sendo que a destinação da geração é feita na proporção das participações de cada uma na formação do Consórcio, como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília - CEB	17,5%
Total	100,0%

1.3. Concessão

O contrato de concessão de nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB, o qual, inicialmente, concedeu 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 27 de novembro de 1997, prorrogável a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Conforme resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, ampliou-se o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, assim, a usina de UHE – Queimado, aumentou a extensão do prazo de concessão em 556 dias, sendo que a vigência da concessão passou de 18 de dezembro de 2032 para 27 de junho de 2034.

Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização aos Concessionários dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW.

Até 2022, a garantia física da UHE Queimado é de 67,9,01 MW médios, como definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, sendo que esta garantia física foi reduzida para 64,06 MW médios conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicada em 10 de novembro de 2022, através da a revisão ordinária da Usina.

No exercício findo de 2022 a UHE Queimado produziu 36,09 MW médios, ou seja, 53% da sua garantia física (36,68 MW médios gerados no mesmo período em 2021, equivalente a 54% da garantia física).



2. Políticas contábeis para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis adotadas foram as seguintes:

2.1. Base para preparação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com a finalidade de propósito específico. Isto quer dizer que, além de serem adotadas as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas contábeis específicas aplicáveis às concessionárias de energia elétrica emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Administração faz adaptações nestas normas, quando necessário, para permitir uma melhor compreensão das atividades do Consórcio, de vez que não há norma contábil específica que determina sobre a estrutura das Demonstrações Contábeis aplicáveis a Consórcios de energia.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis do Consórcio foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico no qual o Consórcio opera, utilizada na preparação das Demonstrações Contábeis, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em Reais.

2.4. Apresentação das Demonstrações Contábeis

O Consórcio figura como operador da usina, sendo que os custos da operação são suportados pelas Consorciadas e também não faz venda de energia, já que o benefício econômico da energia gerada é apurada também pelas Consorciadas. Em face disso, o Consórcio não apresenta as Demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, uma vez que não há transação de venda da energia gerada, que é feita diretamente pelas Consorciadas na proporção de suas participações, e também não há custos e despesas, que são suportados e apurados também pelas Consorciadas. Por outro lado, visando uma melhor identificação das transações financeiras do empreendimento, é apresentado na Nota explicativa nº 11 os custos do empreendimento em cada exercício, por regime de caixa.

Para a elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração do Consórcio utilizou os preceitos da NBC TG 26 (R2) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esta norma determina que o Balanço Patrimonial deve ser apresentado para a data-base em questão em comparação com os saldos do último exercício social e que a Demonstrações da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa sejam apresentadas considerando as transações do exercício de 2022 comparativas com o exercício anterior.



2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a Caixa, saldos positivos em conta movimento em banco, aplicações financeiras com liquidez imediata e vencimento inferior a 90 dias da data do balanço e com risco insignificante de mudança do seu valor de mercado.

Estão representados, basicamente, por aportes realizados pelas Consorciadas e que ainda não foram destinados ao pagamento de obrigações.

2.6. Créditos com Consorciadas (ativo) e adiantamentos de consorciadas (passivo)

Representam os valores das obrigações das Consorciadas a serem aportadas para o custeio das operações do Consórcio até a data do encerramento das Demonstrações Contábeis, valores estes que são vinculados às obrigações que lhe deram origem, sejam de fornecedores, tributos ou qualquer outra despesa ou gasto. Valores a recebidos a maior pelo Consórcio são demonstrados no passivo circulante.

Os créditos são reconhecidos quando o Consórcio emite a Nota de débito para cada uma das Consorciadas à medida da necessidade de caixa para quitação das suas obrigações. Nenhuma provisão para crédito é constituída, uma vez que o risco de crédito é ínfimo, face à necessidade das Consorciadas na operação do empreendimento para a geração de benefícios econômicos futuros dentro das suas atividades operacionais.

O saldo a receber ou a pagar segue necessariamente a participação de cada consorciada no empreendimento, líquido dos adiantamentos realizados pelas consorciadas.

Por outro lado, quando há o aporte de recursos por parte das Consorciadas sem que haja despesas incorridas para a sua liquidação, os valores são registrados como Adiantamento de consorciadas no Passivo circulante e é mantido até o momento da emissão da Nota de débito para compensação dos saldos de ativo e passivo.

2.7. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens menos a depreciação correspondente. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e também aos ativos que são construídos pelo Consórcio, tais como:

- i) o custo de materiais e mão-de-obra direta; e
- ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma adequada.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelas Consorciadas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são suportados pelas Consorciadas na medida de sua participação no empreendimento.



A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas pelo órgão regulador - ANEEL, através do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, Resolução Normativa nº 674/2015, e em função do prazo de vida útil estimada.

2.8. Intangível (ativo) e Concessão ANEEL – AHE Queimado (Passivo)

Representa substancialmente o Uso do Bem Público – UBP, que é uma retribuição financeira que as Consorciadas devem pagar à União pela outorga de concessão da exploração do potencial de energia da UHE Queimado, a título do uso de bem comum, até o final da concessão, que, atualmente, está prevista para 27 de junho de 2034, prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio

O Consórcio reconheceu o UBP como ativo e passivo conforme orientação do OCPC 05 – Contratos de Concessão, todavia, os saldos apresentados no ativo e passivo estão a valores históricos no momento da concessão, sem considerar a correção por inflação no período. Os saldos não foram atualizados em face de não haver benefício econômico a favor do Consórcio, tendo sido mantida a escrituração do UBP para fins de acompanhamento e evolução do período da concessão e considerando, também, que a responsabilidade da quitação deste encargo setorial é das Consorciadas, apurado à medida da sua participação no empreendimento.

Por fim, o saldo do ativo é inferior ao respectivo passivo devido ao fato de ser reconhecida a amortização do ativo no mês de competência e a baixa do passivo no Consórcio no momento em que as Consorciadas realizam a quitação desta obrigação, que ocorre no mês subsequente.

2.9. Fornecedores

Representam as obrigações com fornecedores de materiais e/ou serviços relativos a gastos para operação da Usina que estavam em aberto na data do encerramento destas Demonstrações Contábeis. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas Demonstrações Contábeis.

2.10. Provisões Contingenciais

O Consórcio é réu em processos cíveis, bem como em processos de desapropriações de áreas já ocupadas atualmente pelo empreendimento e em autos de infração emitidos pelo IBAMA que estão em discussão na esfera administrativa. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. A necessidade de constituir ou não provisões é revisada periodicamente pela Administração para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.



2.11. Outros ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. Os outros passivos, não abrangidos especificamente por notas explicativas, estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.12. Reconhecimento dos aportes das Consorciadas

Conforme mencionado no item 2.4 supra, o Consórcio não apresenta as Demonstrações do resultado e do resultado abrangente, uma vez que o seu objetivo não é a venda de energia que, por sua vez, é feita diretamente pelas Consorciadas. O Consórcio opera a usina e os aportes recursos são feitos pelas Consorciadas à medida da necessidade de caixa. Os aportes para pagamento das despesas de operação da Usina são registrados somente contas patrimoniais de ativo e passivo, sem qualquer reflexo no Patrimônio líquido do Consórcio. Os aportes para aquisição de imobilizado, intangível e de gastos de operação são reconhecidos inicialmente no Patrimônio Líquido e baixados quando da realização do respectivo ativo.

2.13. Uso de estimativa e julgamento

A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Consórcio no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos e passivos. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Consórcio revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva quando aplicável.

As incertezas sobre premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajustes contábeis futuros estão relacionadas aos seguintes aspectos: i) determinação da vida útil econômica do imobilizado para definição da depreciação; ii) bem como do prazo de amortização do intangível; iii) provisões contingenciais para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; iv) realização da obrigação com o Uso do Bem Público – UBP; e eventuais provisões decorrentes de assuntos junto aos órgãos reguladores.

2.14. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração do Consórcio em 11 de abril de 2023.



Consórcio CEMIG-CEB



3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de caixa	524	1.319
Banco conta corrente	203.439	957.902
Aplicações Financeiras	2.309.200	110.126
	<u>2.513.163</u>	<u>1.069.347</u>

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo e remuneração variando entre 103% e 108% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

O aumento nas Aplicações financeiras quando comparado com o mesmo período do ano anterior, se deve principalmente pelas novas políticas de antecipação de recurso, a fim de reduzir os números de aportes realizados durante o ano.

4. Créditos com Consorciadas e Adiantamento de Consorciadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos com consorciadas		
CEMIG	1.327.106	11.522
CEB Participações	258.342	5.639
	<u>1.585.448</u>	<u>17.161</u>
Adiantamentos de consorciadas		
CEMIG	(1.671.265)	-
CEB Participações	(373.871)	-
	<u>(2.045.136)</u>	<u>-</u>
(Adiantamentos) Créditos com consorciadas	<u>(459.688)</u>	<u>17.161</u>

Até 2021, as Consorciadas faziam os aportes financeiros à medida da necessidade de caixa para quitação das obrigações de custos incorridos pelo Consórcio para manutenção das suas atividades, sendo que, neste exercício, ocorreram 57 (cinquenta e sete) aportes financeiros por cada Consorciada. Em 2022, a Diretoria propôs ao Conselho Deliberativo a mudança no fluxo financeiro, com realização de somente 5 (cinco) aportes anuais, sendo cada um equivalente a 20% do orçamento aprovado e os valores dos aportes são sujeitos a revisão pela Diretoria antes da sua efetivação. Assim, o saldo em 31 de dezembro de 2022 representa o valor recebido a maior pelo Consórcio, enquanto o valor em 31 de dezembro de 2021 representa o valor a receber das participantes.



Consórcio CEMIG-CEB



5. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2022 é assim apresentada:

	Depreciação % a.a	31/12/2021			31/12/2022			RS
		Custo	Depreciação Acum.	Líquido	Custo	Depreciação Acum.	Líquido	
		IMOBILIZADO EM SERVIÇO		167.994.109	(70.014.161)	97.979.948	168.273.485	(74.154.048)
Usina		162.612.738	(67.430.225)	95.182.513	162.892.114	(71.419.835)	91.472.279	
Terrenos		15.386.344	-	15.386.344	15.381.554	-	15.381.554	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0 a 3,33%	65.745.754	(24.649.697)	41.096.057	65.745.754	(26.082.784)	39.662.970	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 4,0%	28.301.624	(14.521.131)	13.780.493	28.301.624	(15.288.977)	13.012.647	
Máquinas e equipamentos	2,5 a 6,67%	52.869.644	(28.024.566)	24.845.078	53.141.910	(29.797.585)	23.344.325	
Móveis e utensílios	6,25%	173.040	(119.661)	53.379	173.040	(127.105)	45.935	
Veículos	14,29%	7.448	(7.448)	-	7.448	(7.448)	-	
Equipamentos de Informática	16,67%	128.884	(107.722)	21.162	140.784	(115.936)	24.848	
Transmissão - Linhas e Subestações		5.381.371	(2.583.936)	2.797.435	5.381.371	(2.734.213)	2.647.158	
Máquinas e equipamentos	2,7 a 4,0%	5.381.371	(2.583.936)	2.797.435	5.381.371	(2.734.213)	2.647.158	
IMOBILIZADO EM CURSO		-	-	-	1.448.055	-	1.448.055	
Usina		-	-	-	1.448.055	-	1.448.055	
Máquinas e equipamentos	2,5 a 6,67%	-	-	-	1.448.055	-	1.448.055	
		167.994.109	(70.014.161)	97.979.948	169.721.540	(74.154.048)	95.567.492	



Consórcio CEMIG-CEB



As movimentações das contas do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 são como segue:

	Movimentações 2021						Movimentações 2022				RS
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transf	Adições (provisão)	Baixas (provisão)	Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas (provisão)	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Geração em Serviço:											
Terrenos	20.176.131	-	-	6.303	(4.796.090)	-	15.386.344	-	(4.790)	-	15.381.554
Reservatório, Barragens e Adutoras	65.745.754	-	-	-	-	-	65.745.754	-	-	-	65.745.754
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	28.301.624	-	-	-	-	-	28.301.624	-	-	-	28.301.624
Máquinas e Equipamentos	50.977.444	96.700	1.795.500	-	-	-	52.869.644	272.266	-	-	53.141.910
Móveis e Utensílios	173.040	-	-	-	-	-	173.040	-	-	-	173.040
Veículos	7.448	-	-	-	-	-	7.448	-	-	-	7.448
Equipamentos de Informática	128.884	-	-	-	-	-	128.884	11.900	-	-	140.784
	165.510.325	96.700	1.795.500	6.303	(4.796.090)	-	162.612.738	284.166	(4.790)	-	162.892.114
(-) Depreciação Acumulada:	(63.425.822)	-	-	-	-	(4.004.403)	(67.430.225)	-	-	(3.989.610)	(71.419.835)
	(63.425.822)	-	-	-	-	(4.004.403)	(67.430.225)	-	-	(3.989.610)	(71.419.835)
Geração em Curso:											
Máquinas e Equipamentos	1.795.500	-	(1.795.500)	-	-	-	-	1.448.055	-	-	1.448.055
	1.795.500	-	(1.795.500)	-	-	-	-	1.448.055	-	-	1.448.055
Total Geração	103.880.003	96.700	-	6.303	(4.796.090)	(4.004.403)	95.182.513	1.732.221	(4.790)	(3.989.610)	92.920.334
Transmissão em Serviço:											
Máquinas e Equipamentos	5.381.371	-	-	-	-	-	5.381.371	-	-	-	5.381.371
	5.381.371	-	-	-	-	-	5.381.371	-	-	-	5.381.371
(-) Depreciação Acumulada:	(2.433.658)	-	-	-	-	(150.278)	(2.583.936)	-	-	(150.277)	(2.734.213)
	(2.433.658)	-	-	-	-	(150.278)	(2.583.936)	-	-	(150.277)	(2.734.213)
Total Transmissão	2.947.713	-	-	-	-	(150.278)	2.797.435	-	-	(150.277)	2.647.158
	106.827.716	96.700	-	6.303	(4.796.090)	(4.154.681)	97.979.948	1.732.221	(4.790)	(4.139.887)	95.567.492



Consórcio CEMIG-CEB



Chamamos a atenção para as seguintes movimentações ocorridas em 2021 e 2022:

a) Adições e baixas (provisão) - Terrenos

Em 2021, o Consórcio figurava como réu em duas ações de indenização visando a desapropriação de dois terrenos já utilizados pelo empreendimento. Em 31 de dezembro de 2020, existia uma provisão de R\$ 11.187.056 referente a estes dois processos de indenização, sendo que o mais relevante deles tinha provisão de R\$ 11.063.225, considerando o valor de condenação atualizado até aquela data. Para este processo, o Consórcio fez um acordo judicial com a parte contrária, visando o encerramento da ação, sendo que o montante definido neste acordo foi R\$ 6.267.135, integralmente liquidado no 1º semestre de 2021. Dessa forma, visando adequar o custo do imobilizado à nova realidade, o Consórcio fez o estorno do custo reconhecido em base estimada e ajustou o reconhecimento do custo real, conforme o desembolso financeiro, gerando uma redução do custo do imobilizado de R\$4.796.090.

Ainda há um processo de desapropriação de terreno em andamento, o qual está sendo atualizado de acordo com os cálculos judiciais em contrapartida com o ativo (vide detalhamento na Nota explicativa nº 10).

b) Máquinas e Equipamentos – Geração em curso 2021

O valor de R\$1.795.500 registrado como adição em Máquinas e Equipamentos – Geração em Curso se refere à substituição total do Sistema Supervisório da Usina Hidroelétrica de Queimado (UHE Queimado), no valor total de R\$1.890.000, sendo contratada a empresa Altus Sistema de Automação S.A. As solicitações de aportes para pagamento deste investimento ocorreram de acordo com o progresso do serviço, obedecendo as cotas de participação de cada consorciada. O equipamento foi ativado em julho de 2021 e transferido para o grupo de Geração em serviço, com respectivo início da sua depreciação.

a) Máquinas e Equipamentos – Geração em curso 2022

O registro do valor R\$1.448.055, refere-se à contratação de fornecedor especializado para modernização e automatização parcial da instrumentação de monitoramento da barragem de UHE Queimado, sendo contratada a empresa Campbell Scientific do Brasil Ltda. A previsão de desembolso conforme contrato é de R\$ 1.500.000 e expectativa de conclusão dos serviços no 1º semestre de 2023.



Consórcio CEMIG-CEB



6. Intangível

A movimentação do Intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 é como segue:

	Amortização % a.a.	Saldo em		Movimentações 2022		Saldo em	R\$
		31/12/2020	Movimentações Amortização	31/12/2021	Adições	Amortização	31/12/2022
Geração em Serviço:							
UBP	2,0 a 3,33%	8.543.071	-	8.543.071	-	-	8.543.071
(-) Amortização Acumulada		(4.942.357)	(299.052)	(5.241.409)	-	(299.052)	(5.540.461)
		3.600.714	(299.052)	3.301.662	-	(299.052)	3.002.610
Software	20%	378.592	-	378.592	28.854	-	407.446
(-) Amortização Acumulada		(301.458)	(63.341)	(364.799)	-	(15.401)	(380.200)
		77.134	(63.341)	13.793	28.854	(15.401)	27.246
		3.677.848	(362.393)	3.315.455	28.854	(314.453)	3.029.856

a) Uso do Bem Público – UBP

O saldo de R\$ 3.002.610 no Balanço Patrimonial refere-se ao Uso do Bem Público – UBP do empreendimento, apresentado integralmente pelo custo histórico do encargo e amortizado mensalmente por R\$ 24.921. Este ativo decorre do direito do Consórcio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto. Por outro lado, o passivo de R\$ 3.027.531 do Uso do bem público – UBP em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.326.583 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à obrigação do Consórcio para pagamento perante a ANEEL do encargo regulatório, apresentado também a custo histórico.

7. Fornecedores

	R\$	
	31/12/2022	31/12/2021
Enprol Engenharia e Projetos	592.510	-
Campbell Scientific do Brasil	252.140	-
Arco Iris	195.500	279.500
Added Computer Telephony	124.000	-
CEB Participações	102.361	-
REJEM Automação Industrial	109.167	-
Clam Engenharia Hidrocnese	96.156	-
Intertechne Consultores	78.797	-
R2R Construções e Serviços	57.641	-
Brandt Meio Ambiente	-	166.456
Fortal Engenharia	-	130.189
A.C.M.D Prestação de Serviços	-	71.274
EKO G Estudos Ambientais	-	50.850
Projeplan Engenharia Ambientatl	-	41.145
Diego Jorge da Silva Pereira	-	38.239
WR Comercial de Alimentos e Serviços	-	31.235
Demais Fornecedores	174.727	120.317
	1.782.999	929.205



Consórcio CEMIG-CEB



8. Patrimônio Líquido – Recursos aplicados no empreendimento

O saldo de R\$ 95.551.551 em 31 de dezembro 2022 representa os recursos da Consorciadas aplicados no empreendimento durante a construção da usina mais os investimentos posteriores em imobilizado, todos apresentados por seus valores históricos, deduzidos da depreciação e amortização acumuladas até a data do encerramento de cada Demonstração Contábil.

O instrumento particular de cessão de quota-parte define a participação contratual das Consorciadas no empreendimento, a qual servirá de base para o rateio de energia gerada, conforme a quota-parte de cada uma das empresas responsáveis, sendo 82,5% da CEMIG GT e 17,5% da CEBPar, provenientes da operacionalização da Usina.

9. Provisões Contingenciais - Autos de Infração a pagar

	R\$	
	31/12/2022	31/12/2021
Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E	-	2.367.223
Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E	-	72.414
	-	2.439.637

a) Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E

Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E, de 06/03/2015, lavrado em desfavor do Consórcio CEMIG-CEB, por ter deixado de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 1ª Renovação (condicionantes específicas 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, 2.6 e 2.13). Nos termos do aludido documento, a penalidade imposta ao Consórcio CEMIG-CEB foi o pagamento de multa para a qual foi interposto recurso administrativo com pedidos subsidiários de conversão em advertência, com diminuição do valor da multa e conversão em Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Atualmente se encontra em análise pelo IBAMA. O valor originário da infração é de R\$ 1.167.100, que atualizado para 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 2.661.470. Em 2022 os assessores jurídicos alteraram o prognóstico de perda do processo administrativo, passando de “provável” para “possível”, considerando o pedido feito pelo Consórcio ainda em setembro de 2021 de Prescrição intercorrente, visto que não houve qualquer movimentação no processo administrativo nos últimos 3 (três) anos. Assim, todo o valor provisionado foi estornado a favor do patrimônio líquido do empreendimento.

b) Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E

Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E, de 09/05/2018, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, por deixado de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 2ª Renovação por não encaminhar em tempo hábil ao IBAMA a solicitação de quebra de vazão no trecho de vazão reduzida da UHE Queimado. Em 05/06/2018 foi interposta defesa administrativa requerendo a nulidade do Auto de Infração e subsidiariamente a conversão da pena



Consórcio CEMIG-CEB



em compromisso, com desconto de 40% sob o valor da multa que atualmente encontra-se em análise pelo IBAMA. O valor originário provisão é de R\$ 50.500, que atualizado para 30 de junho de 2022 totaliza R\$ 81.415. Em 2022 os assessores jurídicos alteraram o prognóstico de perda do processo administrativo, passando de “provável” para “possível”, considerando o pedido feito pelo Consórcio ainda em setembro de 2021 de Prescrição intercorrente, visto que não houve qualquer movimentação no processo administrativo nos últimos 3 (três) anos. Assim, todo o valor provisionado foi estornado a favor do patrimônio líquido do empreendimento.

10. Provisões Contingenciais – Indenizações a pagar

A provisão de R\$ 125.344 em 31 de dezembro de 2022 (R\$130.135 em 31 de dezembro de 2021) decorre do processo de indenização nº 0275112-81.2005.8.09.0036 da ação de desapropriação, proposta pelo Consórcio para expropriar um terreno, localizado na margem do Rio Preto, no município de Cristalina/GO. A provisão foi constituída a partir do entendimento dos assessores jurídicos do Consórcio de prognóstico de perda provável diante da estimativa de desfechos do processo.

A redução da provisão quando comparado com 31 de dezembro de 2021 foi motivada pela revisão dos critérios de atualização do valor a pagar à luz das jurisprudências recentes.

11. Custos do empreendimento

Os custos do empreendimento incorridos e pagos (regime caixa) para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		R\$
Operação e manutenção	4.914.374	3.861.649
Meio ambiente	2.646.902	1.864.184
Administração da usina	1.860.979	1.771.538
Seguro de risco operacional	324.089	246.858
Projetos	726.543	160.578
Indenização mediante acordo judicial de terrenos	-	6.267.135
Investimentos	1.339.601	975.550
Outros	105.351	4.672
	<u>11.917.839</u>	<u>15.152.164</u>
<u>Segregado em:</u>		
Atividades Operacionais	10.578.238	7.909.479
Atividade de Investimentos	1.339.601	7.242.685
	<u>11.917.839</u>	<u>15.152.164</u>



Consórcio CEMIG-CEB



As variações relevantes de despesas relacionadas ao Consórcio são apresentadas a seguir:

- Operação e manutenção: O aumento das despesas ocorreu pela necessidade de aquisição de placas para os trocadores de calor da Usina marca Haasen, pintura anticorrosiva em equipamentos e gastos com reparos de uma Unidade Geradora em decorrência de parada não programada;
- Meio ambiente: O acréscimo, quando comparado com o mesmo período em 2021, foi ocasionado pelo reajuste dos contratos de serviços, que tem o objetivo de atender questões ambientais e de reflorestamento;
- Projetos: São gastos com projetos realizados de forma sazonal a fim de atender as legislações vigentes. O aumento em comparação com o exercício passado foi motivado pelos seguintes projetos: I) Projeto básico de Reforço do Maciço Rochoso a Jusante da Laje de Proteção do Vertedouro da UHE Queimado, para qual foi contratada a empresa Intertechne Consultores e em 2022 foram desembolsados R\$ 97 mil como início do projeto; e II) Contratação de empresa Enprol Engenharia e Projetos para regularização fundiária. O total do contrato é de R\$ 5.095.000 para o período de 48 meses, sendo que até 31 de dezembro de 2022 o montante incorrido foi de R\$ 629 mil;
- Indenização mediante acordo judicial de terrenos: No primeiro semestre de 2021, por meio de acordo judicial, foi encerrado um processo de desapropriação de terreno onde encontra-se a UHE Queimado, no qual foi acordado o pagamento de R\$ 6.267.135 (vide nota explicativa 5 a); e
- Outros: Referem-se à aquisição de imobilizado investimento com novo sistema de supervisão da Usina em 2021 e sistema de monitoramento de barragem em 2022, além da compra de disjuntores e equipamentos de telecomunicações.

12. Outros assuntos – Regularização Fundiária

O Consórcio está pleiteando junto ao IBAMA a revisão de delimitação da Área de Preservação Permanente – APP da Usina, incluindo obrigações de desapropriação, fiscalização, cercamento, dentre outras. Buscando interpretação conforme à legislação ambiental, existem divergências entre os entendimentos das duas partes sobre este tema, sendo que o IBAMA trouxe novas definições de APP nos últimos anos. Segundo a Orientação Jurídica Normativa – OJN – 54/2022/PFE/IBAMA, a APP seria de 100 metros em torno da barragem, gerando a necessidade de desapropriações adicionais não previstas inicialmente no empreendimento. Ao final de 2022, a houve a publicação de outra OJN, esta de número 55/2022, que trouxe esclarecimentos adicionais à OJN 54/2022, mantendo a APP como sendo de 100 metros, porém ao empreendedor bastaria adquirir a área de proteção inicialmente consolidada e definida no licenciamento do empreendimento, sendo que para os 100 metros do torno da barragem caberia a fiscalização dos órgãos competentes, sendo que a obrigação pela manutenção da Área de Proteção Permanente



Consórcio CEMIG-CEB



caberia ao Consórcio, até o limite de suas áreas, e, no que ultrapassasse, a obrigação também seria imputada ao proprietário limítrofe. O Consórcio ainda possui entendimento divergente ao apresentado nas referidas OJN, baseado nos termos da 2ª Renovação da Licença de Operação da Usina e no Artigo 65 da Lei 9784/1999, onde a APP se limita à diferença de cotas, o que envolveria um menor esforço financeiro por parte das Consorciadas para regularização da APP e um maior prazo para o seu equacionamento.

Caso a adequação da legislação ambiental seja implementada nos moldes requeridos pelo IBAMA, o Consórcio estima que os gastos poderão aumentar exponencialmente considerando os critérios definidos na OJN 54/2022, sem considerar os entendimentos da OJN 55/2022, sendo que os desembolsos financeiros seriam em um curto período. O Consórcio não possui uma estimativa de desembolsos financeiros considerando os preceitos da OJN 55/2022.

O Consórcio entende que tais exigências daquele órgão não estão em linha com a legislação e os últimos entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal – STF, sendo que o assunto ainda está em discussão e execução administrativa, sem qualquer auto de infração ou penalização emitida pelo órgão fiscalizador. O Consórcio fez um pedido de revisão da determinação do IBAMA em julho de 2022 que, até o momento, ainda não se posicionou formalmente. A Administração do Consórcio entende que este órgão fiscalizador seguirá o entendimento da OJN – 55/2022.

O Consórcio está envidando esforços para equacionamento deste assunto junto ao IBAMA, seja através de reuniões com a equipe técnica do órgão fiscalizador, seja através da regularização fundiária antecipada da parte incontroversa e, para isso, o Consórcio contratou a empresa Enprol Engenharia e Projetos, em 17 de setembro 2022, com valor global dos serviços de R\$ 5.095.000 e com prazo de vigência de 48 meses.

Consórcio CEMIG-CEB
Diretor Administrativo-Financeiro Técnico
João Wellisch

Consórcio CEMIG-CEB
Contador
Rodrigo de Carvalho Reis
CRC-DF 017.498/O-2